

METALURGICA RIOSULENSE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia” ou “Riosulense”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 120.755 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 46.562, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 74.193 (R\$ 59.177 em 31 de dezembro de 2011).

Apoiado no planejamento estratégico para os próximos anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Reestruturação do sistema de gestão produtiva: Aperfeiçoamento do controle interno do processo de planejamento da produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas, harmonizando o fluxo de produção e gerando estabilidade dos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Ampliação da participação no mercado: Ampliação dos mercados e produtos já existentes e desenvolvimento de novos mercados e novos produtos, através das tecnologias disponíveis no parque fabril, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição.

c) Despesas financeiras: Alongamento do endividamento da Companhia através da captação de novas linhas de créditos, harmonizando as despesas financeiras e equilibrando o resultado da Companhia.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.

A Administração também está fortemente focada no gerenciamento do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas tributárias e instituições financeiras de curto e longo prazo.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas para emissão de acordo com reunião com Conselho de Administração que ocorreu em 28 de março de 2013.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em

conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos

os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Em caso afirmativo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

(a) hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (hedge de valor justo);

(b) hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou

(c) hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco hedgeado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. As operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa.

2.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para impairment.

2.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para impairment se necessária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	33 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 20% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros, desta forma foram todos reconhecidos ao resultado.

2.14 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos e serviços

A receita de serviços é reconhecida na medida em que os serviços de movimentação e armazenagens dos contêineres são prestados até uma data-corte. Quando o resultado das movimentações e armazenagens não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de aluguel

A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais de propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

2.16 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%
INSS – Instituto Nacional Seguridade Social	1%

2.17 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

2.18 Pronunciamentos contábeis revisados em 2011

Em 2012 o CPC emitiu um conjunto de emendas e revisões de suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. A adoção dessas revisões não trouxe alterações às políticas contábeis da Companhia e não impactou seu desempenho ou a situação financeira.

2.19 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

O IASB revisou diversos pronunciamentos contábeis que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. No Brasil, esses pronunciamentos somente serão requeridos após a aprovação do CPC. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor, entretanto a Companhia antecipou sua análise e não identificou nenhum pronunciamento que impacta significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras:

Norma	Em vigor pelo IASB
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras	1º de julho de 2012
IAS 16 Imobilizado	1º de janeiro de 2013
IAS 19 Benefícios aos Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2013
IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação	1º de janeiro de 2014
IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias	1º de janeiro de 2013
IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS	1º de janeiro de 2013
IFRS 7 Instrumentos Financeiros (Divulgação)	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 Mensuração de Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção	1º de janeiro de 2013

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2012. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos,
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) constituição de provisão para perdas nos estoques;
- e) análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.
- f) avaliação das Propriedades para Investimentos

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	-	1
Banco conta movimento	82	447
Total de caixa e equivalente a caixa	82	448

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Aplicações financeiras

	31/12/2012	31/12/2011
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	878	6.180
Fundo de liquidez – CDB	2	375
Títulos de capitalizações	42	69
Total de bancos e aplicações financeiras	922	6.624
Circulante	41	5.660
Não circulante	881	964

Em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras estavam mantidas em CDBs, sendo remuneradas por taxas de 75% a 95% do CDI (80% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2011). Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um saldo de R\$ 878 bloqueados e mantidos como garantia para os empréstimos contratados (R\$ 6.180 em 31 de dezembro de 2011).

6. Clientes

	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes mercado interno	14.300	17.599
Contas a receber de clientes mercado externo	6.483	6.663
Total do contas a receber	20.783	24.262
Provisão para devedores duvidosos	(1.283)	(451)
Total de clientes	19.500	23.811

Aging-list contas a receber de clientes

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos a vencer superior a 90 dias	181	214
Títulos a vencer até 90 dias	13.479	14.340
Vencidos em até 90 dias	1.553	6.585
Vencidos de 90 a 180 dias	306	609
Vencidos superior a 180 dias	5.264	2.514
Contas a receber de clientes	20.783	24.262

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Movimentação Provisão para devedores duvidosos

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	(451)	(343)
Adições	(882)	(108)
Baixas	50	-
Saldo no final do período	(1.283)	(451)

7. Estoques

	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	7.957	8.268
Mercadorias para revenda	1.777	1.749
Mercadorias em consignação	2	2
Produtos em elaboração	3.156	2.686
Matéria prima	4.702	4.687
Almoxarifado	4.273	4.382
Provisão para estoques obsoletos	(492)	(232)
Total dos estoques	21.375	21.542

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Movimentação Provisão para estoques obsoletos

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	(232)	(218)
Adições	(260)	(14)
Baixas	-	-
Saldo no final do período	(492)	(232)

8. Impostos a recuperar

	31/12/2012	31/12/2011
PIS a recuperar	595	820
COFINS a recuperar	2.285	3.157
ICMS a recuperar	1.000	1.036
IRRF a recuperar	107	101
Total impostos a recuperar	3.987	5.114
Circulante	3.875	4.737
Não circulante	112	377

9. Propriedades para investimento

	31/12/2012	31/12/2011
Terrenos mantidos para investimentos	13.678	13.678
Total propriedades para investimento	13.678	13.678

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada e independente em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, e podem ser resumidas como segue:

	Terrenos mantidos para investimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2010	12.588
Ganho reconhecido pela valorização dos terrenos mantidos para investimento	2.196
Perda reconhecida pela desvalorização dos terrenos mantidos para investimento	(1.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	13.678
Ganho reconhecido pela valorização dos terrenos mantidos para investimento	-
Perda reconhecida pela desvalorização dos terrenos mantidos para investimento	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.678

Em 2012 a Companhia realizou as avaliações para as propriedades para investimentos, essas realizadas por consultores independentes especialistas nesse ramo. Tais avaliações não apresentaram variações significativas em relação aos saldos contábeis desses ativos e, desta forma, não houve a necessidade de registrar ganhos/perdas ao resultado do período. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método Involutivo, foram as seguintes:

- Taxa de Ocupação: 65%.
- Área mínima por lote: 360m².
- Custo de implantação: 33% do valor avaliado.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 12 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

10. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2010	34.944	19.511	60.231	591	506	572	4.904	121.259
Adições	-	9	2.117	343	38	176	3.067	5.750
Baixas	-	-	(1)	-	-	(415)	(501)	(917)
Transferências	8	1.644	2.721	5	15	-	(4.393)	-
Depreciação	-	(572)	(5.591)	(187)	(87)	(132)	-	(6.569)
Baixas da depreciação	-	-	-	-	-	224	-	224
Saldo em 31/12/2011	34.952	20.592	59.477	752	472	425	3.077	119.747
Adições	-	-	2.022	21	8	7	4.005	6.063
Baixas	-	-	(9)	(17)	-	-	(578)	(604)
Transferências	-	206	1.293	(27)	22	48	(1.542)	-
Depreciação	-	(603)	(5.442)	(210)	(92)	(95)	-	(6.442)
Baixas da depreciação	-	-	6	13	-	-	-	19
Saldo em 31/12/2012	34.952	20.195	57.347	532	410	385	4.962	118.783

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do exercício totalizando R\$ 6.442, sendo R\$ 6.267 classificadas como custos, R\$ 58 como despesas comerciais e R\$ 117 como despesas administrativas (R\$ 6.569, R\$ 6.403, R\$ 58, R\$ 108, respectivamente em 2011).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos.

11. Intangível

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	264	264
Adições	2	119	121
Baixas	-	-	-
Amortizações	-	(31)	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2	352	354
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Amortizações	-	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2	315	317

A despesa com amortizações totalizam R\$37, e foi debitada ao resultado como R\$ 27 em “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 1 como “despesas comerciais” e montante de R\$ 9 como “despesa administrativas” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$31, R\$23, R\$1, R\$7, respectivamente em de 2011).

12. Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores de mercadorias	13.140	12.440
Fornecedores de serviços	4.276	4.060
Total fornecedores	17.416	16.500
Aging-list de fornecedores	31/12/2012	31/12/2011
Títulos a vencer	5.055	7.067
Vencidos em até 90 dias	8.037	7.239
Vencidos em até 90 a 180 dias	1.648	864
Vencidos há mais de 180 dias	2.676	1.330
Fornecedores	17.416	16.500

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Garantias	Juros mensal	31/12/2012	31/12/2011
Capital de Giro	Duplicata/Hipoteca /Trava	1,27%+CDI e 185% do CDI	43.737	51.656
ACC	Aval		1.289	2.347
Conta Garantida	Duplicata	2,06% +CDI	2.836	8.545
Empréstimo	Hipoteca	0,33% a 0,56% + TJLP	5.499	6.276
Finame/Finep	Alienação Fiduciária	0,21% a 0,41% + TJLP	3.744	6.016
Financiamentos	Alienação Fiduciária	1,72% a 1,90%	498	334
Leasing	Alienação Fiduciária	0,66% a 1,74%	326	1.090
Prodec		4% ao ano	14.100	14.726
Limite		2,7% a 9,4% ao ano	428	643
Total de empréstimos e financiamentos			72.457	91.633
Circulante			34.882	61.725
Não circulante			37.575	29.908

Por data de vencimento	31/12/2012	31/12/2011
Em até 6 meses	23.097	51.573
De 6 meses a 1 ano	11.785	10.152
De 1 a 2 anos	12.969	11.198
De 2 a 3 anos	13.021	8.406
De 3 a 4 anos	6.264	6.414
Acima de 4 anos	5.321	3.890
Total de empréstimos e financiamentos	72.457	91.633

A Companhia não apresenta cláusulas restritivas mantidas com as instituições financeiras.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2012	31/12/2011
Salários a pagar	1.479	1.281
Provisão de Férias a Pagar e 13 salário	3.238	4.061
INSS a recolher	24.124	13.011
FTGS a recolher	550	511
IRRF sobre salários recolher	2.329	993
Outros	1.675	2.219
Total obrigações sociais e trabalhistas	33.395	22.076

15. Obrigações tributárias

	31/12/2012	31/12/2011
PIS	1.871	745
COFINS	8.993	3.458
ICMS	9.226	5.025
Outros	171	146
Total obrigações sociais e trabalhistas	20.261	9.374

16. Parcelamento tributário

	31/12/2012	31/12/2011
PIS	1.174	1.178
COFINS	5.327	5.479
ICMS	3.843	2.423
INSS	11.670	11.676
FGTS	129	211
REFIS	-	457
Outros	2.697	115
Total parcelamento tributário	24.840	21.539
Circulante	12.381	6.397
Não circulante	12.459	15.142

- a) Em consonância com os benefícios estabelecidos pelo Parcelamento Tributário – Lei nº 11.941/09 a Companhia optou pelo parcelamento em 30 de novembro de 2009, onde foram migrados débitos remanescentes do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente e que estavam sendo discutidos judicialmente. A consolidação do REFIS IV ocorreu em 27/06/2011. O parcelamento foi pago em parcelas mensais e consecutivas corrigidas pela Selic.
- b) Os demais tributos foram negociados individualmente com os órgãos competentes e estão registrados para refletir os acordos firmados entre a Companhia e os órgãos e suas parcelas devidamente registradas entre curto e longo prazo.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo antes do IR e CS	(22.979)	(5.476)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	7.813	1.862
Efeito sobre diferenças permanentes		
Brindes	(49)	(55)
Propaganda	(98)	(125)
Multas	(235)	(689)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(1)	(9)
Reversão tributos não contabilizados sobre prejuízo fiscal	-	1.573
Imposto de renda e contribuição social efetivo	7.430	2.557
Imposto de renda corrente	-	-
Imposto de renda diferido	7.430	2.557

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais e base negativa de CSSL (i)	18.405	13.743
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	435	153
Provisão para estoque obsoleto	167	79
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	3.746	1.662
Provisão para demandas judiciais	1.241	631
Ativo diferido (Adoção CPC 04 - RTT)	62	122
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(443)	(326)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(17.865)	(18.542)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(2.404)	(1.567)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(3.976)	(3.976)
Reserva de reavaliação	(593)	(634)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(1.225)	(8.655)

(i) Prejuízos fiscais

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 54.143 e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 54.104 em 31 de dezembro de 2012, representando um IR Diferido ativo de R\$ 18.405 (R\$ 40.433, R\$ 40.393 e R\$13.747, respectivamente em 31 de dezembro de 2011). Esses prejuízos se referem à operação da Companhia que apresenta histórico de prejuízos e não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela mesma, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A expectativa de realização é a que segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2013	-	-	-
2014	514	178	692
2015	635	229	864
2016	722	260	982
2017	843	303	1.146
2018	1.050	378	1.428
2019	1.420	511	1.931
2020	1.564	563	2.127
2021	1.691	609	2.300
Acima 2022	5.097	1.838	6.935
Total prejuízo fiscal realizável	13.536	4.869	18.405

18. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Salto em 31 de dezembro de 2010	-	1.725	-	1.725
Constituição de provisões	130	-	-	130
Reversão de provisões	-	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-	-
Salto em 31 de dezembro de 2011	130	1.725	-	1.855
Constituição de provisões	265	259	1.270	1.794
Reversão de provisões	-	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-	-
Salto em 31 de dezembro de 2012	395	1.984	1.270	3.649
Depósitos judiciais relacionadas	(337)	-	-	(337)
Provisões para contingências, líquidas	58	1.984	1.270	3.312

Adicionalmente, a Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2012
Ações trabalhistas	737
Ações cíveis	1.960
Ações tributárias	2.633
Total de perdas possíveis	5.330

Cabe ressaltar que tais valores tem cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas, estes domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembléias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- Prioridade no reembolso de dividendos, não cumulativos.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial recebe o lançamento do custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra Prejuízos Acumulados proporcionalmente à depreciação dos bens que lhe deram origem em complemento a reavaliação dos bens realizada em 1994, pelo valor de mercado. No exercício de 2012, a Companhia realizou o montante de R\$ 1.395 (R\$ 1.574 em 31 de dezembro de 2011) sobre a reavaliação e o custo atribuído, contabilizado contra Prejuízos Acumulados, apresentando um saldo de Ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 36.099 (R\$ 37.494 em 2011).

c) Retenção de lucros

Corresponde ao valor remanescente dos prejuízos acumulados e totalizam R\$ 38.856 (R\$ 24.702 em 2011).

20. Transações e saldos entre partes relacionadas

a) Transações operacionais

A Companhia não mantém qualquer tipo de transação operacional entre partes relacionadas.

b) Transações não operacionais

A Companhia mantém as seguintes transações não operacionais entre partes relacionadas.

	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	1.311	1.301
Pró-labore (Passivo circulante, registrado como outras obrigações)	264	-
Mutuo (Passivo circulante, registrado como outras obrigações)	301	-

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

c) Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 30.04.2012 e 30.04.2011 respectivamente, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Membros	31/12/2012	31/12/2011
Conselho de administração	3	1.176	1.100
Diretoria	2	1.528	1.396
Previdência privada		5	5
		2.709	2.501

Em 31 de dezembro de 2012 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites informados no formulário de referência.

21. Receita de vendas

	31/12/2012	31/12/2011
Receita reposição/revenda mercado interno	62.668	55.235
Receita montadora mercado interno	67.508	112.249
Receita mercado externo	16.090	19.313
Receita venda sucata	107	158
Receita operacional bruta	146.373	186.955
(-) Deduções e abatimentos	(1.685)	(2.130)
(-) Impostos sobre as vendas	(35.315)	(41.673)
Receita operacional líquida	109.373	143.152

22. Custo e despesas operacionais, por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por Natureza	31/12/2012	31/12/2011
Custos dos produtos/serviços vendidos	(87.579)	(107.979)
Despesas com vendas e distribuição	(12.250)	(12.148)
Despesas gerais e administrativas	(9.744)	(6.937)
Outras receitas e despesas	2.300	3.406
Total despesas por natureza	(107.273)	(123.658)

Despesa por função	31/12/2012	31/12/2011
Custos dos bens e serviços	(33.331)	(46.390)
Despesa com comissões	(4.746)	(4.753)
Despesa com fretes	(1.499)	(1.696)
Outras despesa com vendas	(1.857)	(1.668)
Despesa com folha de pagamento	(46.743)	(48.427)
Energia elétrica	(4.613)	(5.483)
Serviços de terceiros	(6.169)	(10.886)
Outras despesas administrativas	(4.136)	(1.161)
Despesa com depreciação e amortização	(6.479)	(6.600)
Outras receitas e despesas operacionais	2.300	3.406
Total despesas por função	(107.273)	(123.658)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2012	31/12/2011
Recuperação de tributos	1.811	2.234
Receita com venda de ativo imobilizado	3	38
Indenizações recebidas	29	20
Receitas diversas	464	1.207
Despesas diversas	(7)	(193)
Total outras receitas e despesas	2.300	3.406

24. Resultado financeiro líquido

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	2.220	3.724
Empréstimos subsidiados	986	905
Receitas sobre aplicação financeira	26	121
Juros recebidos	134	100
Descontos obtidos	17	547
Outras receitas financeiras	6	5
Total receitas financeiras	3.389	5.402
Despesas financeiras		
Multa e juros sobre empréstimos e financiamentos	15.536	18.603
Multa e juros sobre impostos	8.987	7.307
Variação cambial	2.676	3.559
Descontos concedidos	45	34
IOF	347	407
Outras despesas	877	462
Total despesas financeiras	28.468	30.372
Resultado financeiro líquido	25.079	24.970

25. Lucro por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(15.549)	(2.919)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação preferencial e ordinária – R\$	(26,67)	(5,01)

26. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Aplicações Financeiras: Os Certificados de Depósitos Bancários são classificados como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 10% e para o cenário Remoto, em 20%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

	Moeda	31/12/2012	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	3.175	2,00	(136)	2,20	499	2,40	1.134
Passivos								
Financiamentos	US\$	1.508	2,00	66	2,20	(236)	2,40	(538)
Efeito no resultado				(71)		263		596

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

	Indexador	31/12/2012	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
<u>Aplicações Financeiras</u>								
CDB's		922	11,50%	106	12,65%	117	13,80%	127
<u>Financiamentos</u>								
Capital de giro/Financ.	CDI	49.114	11,50%	(5.648)	12,65%	(6.213)	13,80%	(6.778)
Badesc	TJLP	5.499	6,25%	(344)	6,88%	(378)	7,50%	(412)
BNDES	TJLP	1.151	6,25%	(72)	6,88%	(79)	7,50%	(86)
Prodec	-	14.100	2,00%	(282)	2,00%	(282)	2,00%	(282)
Finep	-	2.593	5,00%	(130)	5,00%	(130)	5,00%	(130)
Efeito no resultado				(6.369)		(6.965)		(7.561)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de rating.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

g) Derivativos

A Companhia, em novembro de 2010, contratou 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 194 mil, relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 875 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012 restam 8

operações que representa o montante de US\$ 51 mil (R\$ 232 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia contratou outras 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil com o mesmo objetivo citado no parágrafo anterior. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do período. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012 restam 11 operações que representa o montante de US\$ 463 mil (R\$ 2.377 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

27. Informação por segmento

Os segmentos operacionais apresentados são consistentes com a informação financeira utilizada para elaborar a divulgação, sendo a mesma revisada pela diretoria responsável pelas decisões operacionais da entidade, que toma decisões sobre recursos a alocar ao segmento e avalia o seu desempenho.

	Reposição		Montadora		Exportação		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida	41.306	35.877	52.454	87.962	15.613	19.313	109.373	143.152
Custos sobre vendas	27.844	24.358	44.561	67.551	15.174	16.070	87.579	107.979
Lucro/Prejuízo	(3.671)	999	(9.549)	(3.727)	(2.329)	(191)	(15.549)	(2.919)

A Companhia não possui controles/informações gerenciais para apresentar ativos e passivos alocados por segmentos.

28. Cobertura de seguros

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. As apólices de seguro são emitidas apenas em Companhias de seguro de primeira linha que possam atender a Companhia nas localidades aonde possuímos operações. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 200	De 05/03/2012 a 05/03/2013
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 80.000	De 20/03/2012 a 20/03/2013